

ROTEIRO DE LEITURAS PARA O ESTUDO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Marcos Napolitano (DH)

Os idos de março – encadeamento lógico e cronológico matricial

O golpe civil-militar de 1964, como todo grande evento histórico, nasceu como experiência e como narrativa lógico-cronológica a um só tempo. A cadeira presidencial do mandatário deposto mal havia esfriado, e já surgia o primeiro livro de síntese, hoje quase esquecido, sobre as razões da crise e do golpe, **Os idos de março e a queda em abril**, lançado em junho de 1964, organizado por Alberto Dines, e redigido por uma equipe de oito jornalistas ligados ao Jornal do Brasil¹. Vale lembrar que o JB, órgão de grande influência à época, tinha ajudado a depor o Presidente Goulart e a fomentar a campanha contra as esquerdas, mas não demoraria a experimentar os primeiros incômodos da má consciência liberal ao perceber a que propósito os militares tinham vindo. Ainda assim, o jornal demoraria até a promulgação do Ato Institucional nº5 para se afastar do governo militar². Até então, o JB elogiava em atacado, e criticava no varejo, sobretudo quando a repressão perseguia artistas e intelectuais.

Foi neste clima político que se escreveu e publicou “Os idos de março...”, dispondo os fatos de modo a produzir não apenas uma sequência cronológica e explicativa de causa e efeito, mas uma primeira análise política do governo João Goulart e de sua queda, levando consigo o regime político instaurado em 1946, como sugerido por Araujo Netto: “*Fontes geralmente bem informadas asseguram que, depois, [do dia 2 de abril, quando Jango saiu do país], começou outra história – a da VI República brasileira, presidida por um honrado Marechal*” (p.63). Entretanto, esta consciência de ruptura radical com a República de 1946 ainda não estava plenamente delineada, pois na ocasião da publicação do livro ainda se acreditava em eleições presidenciais em 1965 e em um governo “tampão” do marechal em questão, Humberto de Alencar Castelo

¹ DINES, Alberto. (org). *Os idos de março e a queda em abril*. José Álvaro Editor, Rio de Janeiro, 1964. Os autores são os seguintes: Alberto Dines, Araujo Netto, Antonio Callado, Carlos Castello Branco, Claudio Mello e Souza, Eurilo Duarte, Pedro Gomes, Wilson Figueiredo.

² CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2012.

Branco. No mais, a maior parte das matrizes narrativas sobre o golpe de Estado, e o encadeamento de eventos tomados como inexoráveis, estão no livro, explicados a partir de uma perspectiva ambígua que ora se aproxima das razões dos golpistas, ora denuncia as contradições e fragilidade do governo reformista deposto. No livro, tal como uma peça shakespeariana, a quem o próprio título do livro faz remissão, o poder se autoconsome até a tragédia final. Um presidente fraco, ainda que eventualmente bem intencionado; líderes das esquerdas “autoindulgentes e delirantes”, embriagados por comícios officiosos, mas sem “base popular” efetiva; conspiradores pululando, vistos como reação necessária e quase natural das “classes armadas” e das “classes produtoras” ao desgoverno de João Goulart e ao radicalismo supostamente vazio das esquerdas.

Além das análises históricas de fundo, perigosamente precoces, diga-se, mas que servirão de matrizes para muitas obras recentes, *Os idos de março e a queda em abril* organizou os fatos e seus encadeamentos, sendo um exemplo de como a historiografia (política) do tempo presente pode se tornar refém do jornalismo, elemento constituinte das agendas políticas em questão e dos mesmos fatos narrados. Centrando-se entre os dias 13 de março e 15 de abril, entre o Comício da Central e a posse de Castelo Branco, as cronologias e análises factuais dispostas enfatizam o tempo curto da história, e, a partir dele, tentam compreender as razões da crise, cujo nome do culpado ecoa ao longo dos vários capítulos: João Goulart. Ele é o epicentro da crise, como se as reformas, a conspiração da direita e o Golpe de Estado fossem ações e reações espasmódicas da sua inapetência como estadista. A bem da verdade, temos neste livro alguns elementos que serão valorizados à medida em que a ditadura cresce e se explicita, como a conspiração da direita e os arbítrios do novo regime. Mas estes aspectos estão subordinados ao tom crítico que se reserva a Goulart, quase reflexo das páginas dos jornais conspiradores que, como sabemos, estavam menos interessados em registrar os fatos do que em orientar sua compreensão.

Se destaco um livro esquecido, aparentemente uma crônica datada sobre o governo Goulart e o golpe de Estado que o depôs, é porque creio que seus elementos narrativos essenciais se cristalizaram. Muitas imagens e interpretações nele contidas ainda podem ser percebidas em livros atuais e influentes na opinião pública, sobretudo aqueles que são marcados pelo revisionismo liberal-conservador que se disseminou a partir dos anos 2000. A isso se somou uma certa leniência dos historiadores que só recentemente passaram a fazer pesquisas mais alentadas sobre o golpe, tomado como

evento e processo em si. Via de regra, até muito tempo depois do golpe, pouco se produziu em termos de narrativas e reordenamento dos fatos que levaram à tragédia política de 1964. Quando muito, se redimensionou ou se mudou o tom ideológico das análises que ficaram mais críticas aos militares à medida que o país mergulhava no abismo da ditadura. Mas os fatos históricos, em si mesmos, não seriam armadilhas para a memória dos pósteros ao destacar alguns processos e personagens e ocultar outros?

Fato é que, depois dessa primeira grande síntese narrativa, começaram a surgir obras mais aprofundadas e analíticas que olharam para a mesma sequência de fatos e personagens envolvidos na crise e no Golpe de 1964 de maneiras distintas. À medida que os historiadores ainda não se sentiam à vontade para compreender estes eventos, a sociologia e a ciência política foram as áreas que estabeleceram as principais teses explicativas sobre os eventos de 1964.

Três grandes teses explicativas sobre 1964

Podemos sintetizar três grandes visões hegemônicas sobre o golpe civil-militar de 1964: a tese do “colapso do populismo”, a tese da “grande conspiração” e a tese do “colapso institucional”, esta última associada à “radicalização dos atores”. As três surgiram de trabalhos influentes da sociologia e da ciência política, sendo assimiladas pelos historiadores que, até recentemente, davam pouca importância ao golpe como objeto de pesquisa histórica.

A primeira delas, conhecida como “colapso do populismo” em referência ao livro fundamental de Octavio Ianni (**O colapso do populismo no Brasil**. 2 ed., Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1971), se consagrou entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Ianni, mesmo mantendo, em linhas gerais, as matrizes factuais que aparecem no livro organizado por Dines, já analisado neste texto, aponta para uma análise estrutural da crise do regime de 1946, doravante conhecido como “democracia populista”. Tanto no livro de Ianni, quanto em outros textos exemplares e influentes que compartilham desta perspectiva, o reformismo de João Goulart foi o epílogo de um tipo de gestão política conciliatória das pressões “distributivistas” oriundas dos trabalhadores, que subordinava as demandas de classe ao desenvolvimento nacional³.

³ Além do livro de Ianni, esta corrente tem linhagens internas que não necessariamente chegam às mesmas conclusões sobre os desdobramentos de 1964, embora partilhem perspectivas comuns sobre a política e suas relações com as estruturas econômicas. Ver também CARDOSO, Fernando Henrique,

Os limites para uma política reformista em situações de dependência e subdesenvolvimento explicam o golpe como uma consequência quase necessária da história, à medida que as elites rompiam com o frágil pacto social que sustentava o “populismo”, e percebiam nele um fator limitante à acumulação capitalista. Em outras palavras, nesta perspectiva, a política reformista dentro dos limites da democracia eleitoral populista eram incompatíveis com a roda que fazia girar o grande capital. No limite, a política entendida enquanto ação livre de sujeitos sob determinadas condições institucionais e culturais era ainda mais limitada pelos constrangimentos da estrutura econômica brasileira.

A tese do “colapso estrutural do populismo” é tributária de outras teorias e conceitos importantes da academia brasileira, em particular com os trabalhos desenvolvidos na Universidade de São Paulo entre os anos 1960 e 1970, como a própria teoria do “populismo” e da “dependência”. A teoria do populismo construiu uma forma de analisar a experiência democrático-eleitoral da V República ou “República de 1946” (1946-1964) destacando a preeminência de líderes carismáticos, do nacionalismo econômico, da fragilidade do sistema de partidos e da “barganha” eleitoral entre lideranças e massas populares. Esta, se expressava de algum modo os interesses dos “de baixo”, enfraquecia sua consciência de classe⁴. Este modelo político expressava uma contradição fundamental, pois apontava para um desenvolvimento nacional com distribuição assimétrica de riquezas e participação eleitoral operária que colocava o sistema político sob pressão constante. O golpe de 1964 foi o estouro da tampa da panela de pressão, não na forma da Revolução popular, mas na forma de ruptura autoritária que blindou o Estado das tais pressões⁵.

Vale lembrar que os historiadores, a partir dos anos 1990, passaram a criticar sistematicamente os abusos explicativos do conceito de populismo, mobilizado para explicar realidades históricas e sistemas políticos tão diferentes entre si - como o getulismo brasileiro, o peronismo argentino, o aprismo peruano e o governo Cárdenas

“Associated-dependent development: theoretical and practical implications” in Alfred Stepan (editor), *Authoritarian Brazil* (New Haven: Yale University Press, 1973); CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo, Paz e Terra, 1975; OLIVEIRA, Francisco. *Economia Brasileira: crítica à razão dualista* (São Paulo: CEBRAP, 1975); FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação sociológica*. São Paulo, Globo, 2006 (original de 1975).

⁴ A discussão sobre a “barganha” eleitoral e as contradições do “populismo” dentro da política de massas no Brasil podem ser vistas em WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 1989 (4ªed).

⁵ Sobre a blindagem do Estado brasileiro pós-1964, e suas consequências depois do fim da ditadura, ver CODATO, Adriano. *Militares, sistema decisório e Estado ditatorial no Brasil: apontamentos sobre o governo Geisel*. Premissas, Campinas - SP, v. 17/18, p. 111-137, 1998.

no México⁶. Se um conceito se adequava a situações históricas tão diferentes entre si, ou as diferenças entre estes contextos e estruturas eram superficiais – o que seria pouco provável em uma perspectiva histórica - ou o conceito tinha se alargado tanto que perdera sua capacidade de explicação vertical de um fenômeno político.

Antes mesmo desta crítica dos historiadores, a tese do “colapso do populismo”, hegemônica ao longo dos anos 1970, passou a dividir a cena acadêmica com outras duas grandes teses explicativas sobre o golpe civil-militar de 1964, as quais chamaremos respectivamente - abusando de certa liberdade criativa - de “grande conspiração” e “radicalização dos atores”. Em ambas, embora partindo de matrizes teóricas, e até ideológicas, diferenciadas, nota-se a valorização da ação política no quadro explicativo dos eventos que culminaram na deposição de Goulart.

Uma obra paradigmática da linhagem que enfatiza a “conspiração” como a essência da crise política de 1964, é o livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira **O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**, publicado em 1977. Ao lado da análise detalhada dos movimentos populares e da abertura do governo Goulart às suas demandas, o livro narra a articulação dos conspiradores com ênfase para ação do política dos Estados Unidos contra o governo brasileiro⁷.

Outro livro desta linhagem explicativa que enfatiza a “conspiração” foi **1964: A conquista do Estado**, de René Armand Dreifuss (Petrópolis, Vozes, 1981), originalmente uma tese de doutorado desenvolvida na Universidade de Glasgow. René Dreifuss analisa o papel a conspiração da direita civil calcada no empresariado brasileiro com ligações transnacionais. Apoiado em vasta e inédita documentação, o autor demonstra a luta por hegemonia levada a cabo pela direção política da burguesia associada ao capital multinacional que se concretiza na “conquista do Estado”. O livro colocou nova luz sobre a organização empresarial materializada no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática

⁶ Para um quadro geral da crítica historiográfica ver os capítulos de FERREIRA, Jorge et al. (org). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998. Os trabalhos de Angela de Castro Gomes (A Invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vertice, 1988) e de Maria Helena Capelato (Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, Papirus, 1998) foram pioneiros nesta revisão crítica.

⁷ Uma visão inovadora das relações entre os Estados Unidos e a ditadura brasileira, passando obviamente pelo golpe de Estado de 1964, pode ser vista em LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution. The United States and Brazil. 1961-1969*. Kent State University Press, 1990. Para um período posterior a 1969, ver PONCE, André Godoy. *Florão da América: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado, Programa de História Social, Universidade de São Paulo, 2015. Vale lembrar que a primeira camada de interpretação desta linhagem se encontra no livro de Edmar Morel, *O Golpe começou em Washington*, lançado em 1965.

(IBAD), órgãos que ao lado da Escola Superior de Guerra formaram o *think tank* golpista e orquestraram a “desestabilização” do governo João Goulart.

Ao contrário do livro de Moniz Bandeira, Dreifuss enfoca a ação conspiratória interna, ainda que levada a cabo pela burguesia associada. Portanto, em ambos os livros o imperialismo está presente, mas a ação política é explicada a partir de focos diferenciados, embora complementares. O tema da “grande conspiração”, presente na memória política sobretudo do Partido Comunista do Brasil, ganhava musculatura analítica e fazia com que a ação política voltasse à cena dos acontecimentos, ao mesmo tempo que, em certa medida, absolvía Goulart e as esquerdas de suas culpas históricas sobre a derrota de 1964.

Poderíamos nos perguntar se a tragédia chilena de 1973, quando Salvador Allende, insuspeito de qualquer tipo de “populismo” ou conciliação com a burguesia conservadora, foi derrubado por um golpe sangrento no qual o dedo da CIA e do Departamento de Estado dos EUA foram fundamentais, não teria colocado novos problemas aos analistas, fazendo com que a política, ainda que associada a interesses econômicos, voltasse a ocupar espaço nas análises.

Ainda nos anos 1980, mas com mais preponderância na década seguinte, começaram a surgir obras de cientistas políticos que, calcadas nos modelos teóricos funcionalistas, deslocavam a análise da crise de 1964 para outros eixos. Ao sublinhar a racionalidade (ou a falta dela) dos atores institucionais, os analistas identificados com esta corrente teórica deram menos ênfase ao golpe como resultado da conspiração perfeita e de um projeto ideológico coerente dos golpistas. Via de regra, abriam espaço para pensar a crise política como “crise institucional”, causada tanto pela disfuncionalidade das instituições e pela “radicalização dos atores” que não encontraram espaço de negociação dos seus projetos conflitantes. Esta última perspectiva, como veremos, será muito influente a partir dos anos 1990.

Alfred Stepan foi um dos seus precursores. No seu livro **Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira** (originalmente uma tese defendida em 1969, na Universidade de Columbia, e publicada em inglês em 1971)⁸, Stepan lança algumas teses de alto impacto na explicação dos fatores políticos que levaram ao golpe. Entre elas, a ideia de que as Forças Armadas são um subsistema do sistema político mais amplo, pautando sua ação a partir da busca da unidade interna e de uma ação

⁸ STEPAN, Alfred. *The Military in politics. Changing patterns in Brazil*. Princeton University Press, 2015 (original de 1971).

“moderadora”, reequilibrando, ainda que de maneira autoritária, o sistema político em crise, ameaçado pelas pressões ideológicas e movimentos sociais não institucionalizados. Para Stepan, o golpe militar rompe com este padrão de intervenção militar na política, fazendo com que o Exército reaja de maneira inusitada, historicamente falando, aos “descaminhos” do governo Goulart, ao permanecer no poder sob a forma de um regime autoritário, reformando o sistema como um todo.

Wanderley Guilherme dos Santos apresentou, em 1969, na Universidade de Stanford, um trabalho que teria muita influência na análise política da crise de 1964, intitulado **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira** (publicado no Brasil em forma de livro em 2003⁹). Nele o autor defende a tese da “paralisia decisória” do Governo João Goulart como fator político crucial da crise. Esta, por sua vez, seria menos o reflexo das disputas classistas genéricas por interesses materiais, e mais o resultado da dispersão dos recursos de poder em atores radicalizados e pouco dispostos a abrir mão das suas posições político-ideológicas em nome da negociação flexível na direção das mudanças políticas desejadas pelos atores. Portanto, o golpe decorre mais desta incapacidade de ação do governo do que da reação conspirativa às suas políticas reformistas.

Argelina Figueiredo produziu outro trabalho de grande impacto no debate sobre o golpe de 1964. Seu livro **Democracia ou reformas** parte de uma série de recusas, apontando outro modelo de análise do golpe militar.¹⁰ A autora recusa o modelo sociológico determinista e economicista, mas também se desvia da ideia de Wanderley Guilherme dos Santos que explica a paralisia decisória como fruto da fragilidade estrutural de alianças no Legislativo durante o regime de 1946. Argelina, por outro lado, destaca o papel ativo dos atores políticos institucionais, sobretudo o Poder Executivo e a Presidência da República, na produção da crise que desaguou no golpe militar. Ao radicalizar posições e pressionar o Congresso na direção das Reformas de Base, o Executivo teria fechado as portas para a negociação e para a construção das reformas estruturais possíveis dentro da ordem democrática. A conclusão da análise calcada neste

⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003. Ver, do mesmo autor, *1964: anatomia da crise*. Rio de Janeiro, Vértice, 1986.

¹⁰ Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993).

raciocínio é que os atores vitimados pelo golpe produziram o contexto político que o possibilitou.¹¹

Em suma, o debate dos anos 1980 e 1990 recuperou a política como campo de liberdade de ação, ainda que dentro de constrangimentos estruturais ou institucionais. Se os autores mais afiliados ao marxismo, como René Dreifuss, recuperavam a ação política sem tomá-la como autônoma em relação aos interesses classistas e materiais, a linhagem funcionalista da ciência política, mesmo sem recusar totalmente os paradigmas explicativos marxistas mais sistêmicos, destacou a autonomia do sistema político e dos atores na produção da crise, em movimento não completamente subordinado à economia e às conspirações de classe.

O principal problema destas teses, sobretudo aquela calcada na “radicalização dos atores” é ligar, quase direta e automaticamente, a análise da crise política ao desfecho do golpe de Estado. A pergunta que talvez possa mover novas perspectivas poderia ser formulada de outra maneira: será que a crise política do governo Jango teria que, necessariamente, desembocar em um golpe de Estado, ou este se construiu a partir de ações políticas que se aproveitaram de um determinado cenário dado pela crise, mas não como decorrência direta desta?

Neste ponto, vale lembrar que os trabalhos de Glaucio Dillon Soares e Antonio Lavareda¹², mesmo focados na análise da República de 1946, apontam para novas variáveis explicativas sobre 1964, revisitando criticamente teses sobre o “colapso do populismo” ou a “disfuncionalidade institucional” do regime e, particularmente, do governo Jango. Para estes autores, a democracia de 1946, ainda que imperfeita e perpassada por uma cultura política autoritária disseminada em várias correntes ideológicas, estava em processo de afirmação quando foi, literalmente, golpeada.

A historiografia e seus revisionismos

¹¹ Uma das críticas mais contundentes a este revisionismo se encontra em Caio Navarro Toledo, “1964: golpismo e democracia: As falácias do revisionismo”, *Crítica Marxista* 19 (2004), 44-5. Neste artigo, Toledo reitera sua visão de “golpe preventivo” como resposta ao acirramento da luta de classes e à política reformista durante o governo Goulart.

¹² SOARES, Glaudio Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, FGV, 2001; LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: O processo partidário eleitoral brasileiro (1946-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1999

Os historiadores - de ofício ou não - descobriam o golpe tardiamente. Talvez por uma certa ética historiográfica, aguardaram uma certa distância temporal para começarem a produzir pesquisas que, se comparadas aos trabalhos aqui mencionados, ainda têm pouco impacto no debate público. Na virada do século, começaram a pulular trabalhos que, mesmo tendo como foco outros aspectos da ditadura, como a guerrilha ou a repressão, tocavam no tema do golpe.

Daniel Aarão Reis Filho, autor de **Ditadura, esquerdas e sociedade** (Jorge Zahar, 2000) merece destaque nas revisões historiográficas das teses acadêmicas e da memória social consagrada sobre o golpe, sobretudo pelas esquerdas e pelos liberais dissidentes do regime¹³. O autor, que experimenta a delicada condição de protagonista de eventos marcantes da época (posto que é um ex-guerrilheiro) e historiador profissional consagrado, foi um dos pioneiros em rever a tese da grande conspiração invencível e da sociedade-vítima dos golpistas, sobretudo militares. Em seus trabalhos, a sociedade, *latu sensu*, surge como cúmplice das ações golpistas e da construção autoritária. Na trilha aberta por esta perspectiva revisionista, buscando novos temas e fontes, seguiram muitos dos historiadores mais importantes do regime militar na atualidade, dando explicações diversas sobre as relações entre sociedade, golpe de 1964 e regime militar. A partir destas revisões, o golpe, até então considerado “militar”, passou a ser chamado, inclusive na grande imprensa como “civil-militar”, pululando estudos sobre a participação das massas no lado conspirador e relativizando a categoria “resistência” como eixo ético-político para entender a sociedade brasileira sob o regime. Se a historiografia de ofício tem apontado para uma revisão que não chega a abalar os fundamentos críticos e ideológicos sob os quais o golpe e o regime foram vistos, jornalistas-historiadores também se lançaram aos arquivos, produzindo obras impactantes no debate público. O caso mais emblemático desta linhagem é a alentada coleção escrita por Elio Gaspari, de quatro volumes (**A ditadura envergonhada**, Companhia das Letras, 2002; **A ditadura escancarada**, Companhia das Letras, 2003; **A ditadura derrotada**, Companhia das Letras, 2003; **A ditadura encurralada**, Companhia das Letras, 2004), que pretendia ser uma história geral do regime militar. No volume inaugural, o autor analisa as razões do golpe, destacando muito mais a incompetência pessoal e a impostura ideológica do presidente João Goulart à frente de

¹³ Para uma visão processual sobre a construção social da memória sobre o regime militar ver NAPOLITANO, Marcos. “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”. Antíteses, 8/15, Londrina, p. 9-44, 2015

um desgoverno corrupto e ineficiente. Ao incendiar as massas sem poder contemplar, efetivamente, suas reivindicações básicas, e estimular a quebra de hierarquia das Forças Armadas, Jango selou seu destino, e, com ele, o do Brasil. A narrativa de Gaspari retoma a narrativa seminal de *Os idos de março...*, adensando com novos e inéditos documentos coligidos a partir da documentação pessoal de Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, dois próceres do regime militar. Ao longo da coleção que se transformou em *best-seller*, o golpe e o regime subsequente são frutos mais do acaso, das intrigas palacianas, da pequena política, das personalidades individuais. Mais da comédia de erros das esquerdas do que de uma tragédia shakespeariana. A narrativa saborosa e muito bem documentada, entretanto, esconde certa fragilidade no trato das fontes, tomadas como monumentos inquestionáveis quando confirmam a tese do autor, a de que a impostura da esquerda e o radicalismo dos atores (notem aqui o uso da imagem consagrada na ciência política) foram responsáveis pelo golpe.

O livro fundamental de Jorge Ferreira, **João Goulart, uma biografia** (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001), retoma a trajetória e o governo Jango para matizar as visões negativas que passaram a dar o tom das análises da experiência reformista dos anos 1960 e valorizar o lado, digamos, mais “estadista” do presidente deposto. Entretanto, Jorge Ferreira não chega a romper com a visão predominante do “radicalismo dos atores” como o motor da crise de 1964, jogando parte das responsabilidades históricas sobre o ambiente que produziu o golpe nas esquerdas, sobretudo aquelas influenciadas pelo brizolismo. Se o livro joga luz sobre vários aspectos do governo Jango, a análise do golpe ainda está marcada pela ideia de uma crise provocada por quem deveria sustentar a governabilidade e os projetos reformistas possíveis, ainda que limitados, do Presidente.

No marco dos 50 anos do golpe, transcorridos em 2014, podemos perceber várias tendências historiográficas novas, ainda em processo de afirmação no debate mais amplo. Novos temas, novas fontes e objetos vem surgindo, a partir da pesquisa de jovens historiadores, muitos deles recém mestres e doutores. Ainda é cedo para afirmar se estes trabalhos darão o tom do debate público, mas de todo o modo, não podem escapar ao debate acadêmico. Neste pequeno texto não caberia falar dos vários aspectos da historiografia do regime militar, mas apenas dos trabalhos focados no golpe de Estado¹⁴. Entre estes, destaco o livro **Da crise política ao golpe de Estado**, (São Paulo,

¹⁴ A revista Pesquisa FAPESP publicou um dossiê sobre a nova historiografia do regime militar brasileiro, destacando novas perspectivas e revisões de teses clássicas. Pesquisa FAPESP, 218, abril de

Hucitec, 2015), de David Ribeiro, jovem mestre em História Social pela USP. Fruto de um mestrado defendido no Programa de História Social desta Faculdade, que apresenta, a partir de uma vasta documentação ainda pouco conhecida ou utilizada pela historiografia, o livro analisa detalhadamente o papel do Congresso Nacional na produção da crise política e no golpe de Estado de 1964. Ora tomado como arena de conflitos ideológicos e sociais que se imbricam com seu papel institucional, ora visto como protagonista institucional da crise e do golpe (e não apenas arena neutra de conflitos), a pesquisa nos ajuda a pensar a relação problemática entre Poder Executivo e Poder Legislativo no Brasil, muito atual na vida brasileira deste início de século XXI.

Deste e de outros trabalhos, surge uma perspectiva propriamente historiográfica, tentando desmontar e remontar os encadeamentos narrativos consagrados desde a época do golpe, trazendo à luz fatos e processos pouco valorizados nas análises. A meu ver, só quando a historiografia analisar as temporalidades específicas que estão em jogo nos eventos de 1964, debruçando-se em documentos conhecidos ou inéditos, é que se produzirão novas visões. Neste sentido, vejo três grandes processos e eventos em jogo: a crise política, sobeja e fartamente estudada; a rebelião militar, conhecida mais pelas narrativas memorialísticas ou crônicas superficiais; e o golpe de Estado em si, produzido na confluência de muitos processos, eventos e atores, que não deve ser visto como decorrência direta dos dois primeiros eventos. Essas novas visões, necessárias, não devem ser vistas como a negação pura e simples de muitos livros e teses aqui mencionados, que sempre terão lugar no panteão de trabalhos sobre o golpe. Se inspirarem bons trabalhos historiográficos e de outras áreas, contribuirão para o adensamento de um debate que começou assim que os tanques voltaram aos quarteis e os generais ocuparam os palácios.

2014 (ver, em especial as páginas 16 a 45). Para uma visão mais atual das posições historiográficas sobre o golpe ver FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014; REIS FILHO, Daniel A., SÁ MOTTA, Rodrigo Patto; RIDENTI, Marcelo (orgs). *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014; NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2014.